

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

A Inspeção-Geral de Finanças - entidade na qual a IGAL foi, entretanto, integrada - encontra-se desde 2012 a realizar uma inspeção à Junta de Freguesia de Massarelos (que integra, atualmente, a União de Freguesias de Massarelos e Lordelo do Ouro, no Porto). Esta inspeção terá sido solicitada pelos membros do próprio Executivo da Junta devido a “suspeitas de irregularidades financeiras e de contabilidade pública desde 2005”.

Segundo a Inspeção-Geral de Finanças -através do seu ofício n.º 208, de 18/02/2015 -a referida inspeção (Proc. 2012/172/B1/617) abrange os anos de 2010 e 2011 e tem como objetivo apreciar a legalidade de acumulação de funções por parte de trabalhadores autárquicos, eleitos locais (numa perspetiva de eventuais impedimentos e conflitos de interesse), atribuição de subsídios e gestão de quantias recebidas do Município, e o fornecimento de bens e serviço por esta autarquia. Nesse mesmo ofício, informava ainda o Inspetor-Geral de Finanças da existência de um “projeto de relatório” que seria “oportunamente submetido a contraditório institucional e, posteriormente remetido para despacho do competente membro do Governo”. Presume-se, portanto, que este estaria já em fase adiantada de conclusão.

Contudo, decorridos quase 7 anos desde o seu início, continuam a não ser conhecidas as conclusões do processo inspetivo à Junta de Freguesia de Massarelos. E segundo a atual Presidente daquela União de Freguesias, essa inspeção teria decorrido ainda durante o verão de 2014, não tendo, entretanto, e ainda hoje, sido fornecida qualquer informação adicional àquela autarquia.

Mais recentemente, e respondendo a um pedido de informação de um deputado municipal do Bloco de Esquerda, veio a Inspeção-Geral de Finanças informar -através do seu ofício nº 2019/95, de 26 de fevereiro -que “o relatório da inspeção à Junta de Freguesia de Massarelos está pendente de despacho da tutela”.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio requerer ao Governo, através do

Ministério das Finanças, o relatório da inspeção à Junta de Freguesia de Massarelos levado a cabo pela Inspeção-Geral de Finanças.

Palácio de São Bento, 26 de março de 2019

Deputado(a)s

MARIA MANUEL ROLA(BE)